

METAMORFOSES DOS DIREITOS HUMANOS, EM REPRISÉ

METAMORPHOSES OF HUMAN RIGHTS, IN REPRISÉ

José A. Lindgren Alves

Formado em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e em Diplomacia pelo Instituto Rio-Branco, ingressou na carreira diplomática em 1969. Diplomata de carreira, tem extensa experiência em assuntos da Europa Central. Reconhecido como um especialista em Direitos Humanos e temas sociais.

Resumo

Modificações do conceito de direitos humanos, associadas a exageros do “politicamente correto” voltado para minorias, depreciam ambas as expressões. Historicamente de esquerda, seu abuso serve de munição às posições de direita, absorvidas por cidadãos assolados por causas múltiplas de insegurança. Diante da criminalidade incontrolada, em cultura de sedução consumista sobre estrutura econômica profundamente desigual, direitos particularistas exagerados, em substituição a políticas universalistas, soam contrários à integração com respeito pelas diferenças. Para evitar derrotas e regressões é melhor retornar à defesa dos direitos minimalistas da Declaração Universal dos Direitos Humanos de todos. Escrito antes das eleições de 2018, o texto ganha novo sentido de urgência após os resultados.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Direitos de Minorias. O politicamente correto. Eleições. Esquerda e Direita política.

Abstract

Changes in the concept of human rights, related to exaggerated political correctness towards minorities diminish both expressions. Political correctness is historically

a laudable left-wing idea, but its abuse mobilizes right-wing attitudes taken up by citizens threatened by uncontrolled causes of insecurity. Faced with criminality, in a consumerist culture grounded on a deeply unequal economic structure, particularist rights, replacing universalistic policies, sound opposed to integration with full respect to differences. In order to avoid defeat and regression, one had better go back to the defense of the minimalistic rights of the Universal Declaration of Human Rights of all. Written before the Brazilian elections of 2018, this text acquires a new sense of urgency after their results.

Keywords: *Human Rights. Rights of minorities. Political correctness. Elections. Left and Right politics.*

1 INTRODUÇÃO

Por ocasião das eleições brasileiras de 2018, antes e depois do segundo turno, todos os comentaristas, inclusive membros e simpatizantes do PT, foram unânimes em afirmar que a esquerda precisava fazer uma autocrítica profunda. Foram também unânimes em explicar a vitória da extrema direita por três fatores dispersos: descrença na democracia, causada pela corrupção “dos políticos”; a criminalidade incontida no cotidiano da cidadania; a degradação dos “valores nacionais autênticos” pela ação dos “liberais progressistas” em favor das diferenças. Curiosa e sintomaticamente, não se chegou a falar da influência decisiva de denominações religiosas fundamentalistas, talvez porque tanto a direita como a esquerda tenham recorrido, em maior ou menor grau, às religiões hoje dominantes para a captação de votos. Também porque não se podia imaginar que o fundamentalismo evangélico, de conhecida matriz estrangeira, pudesse ter tamanha influência nos projetos de um governo dito “nacionalista” que se apresentara “contra as ideologias”.

Não me deterei aqui nos dois primeiros fatores, corrupção política e insegurança criminal, que, independentemente da culpabilização de um dos lados pelo outro, nunca foram fenômenos decorrentes do programa de qualquer

partido. Por mais que me tenha impressionado a total omissão de propostas para o combate à violência no discurso eleitoral da esquerda, voltado como sempre para causas estruturais, a diferença de posições entre o ativismo repressivo da direita e os conceitos preventivos da esquerda não chegava a anular a necessidade óbvia de ambos. Já o terceiro fator, as obsessões ditas “progressistas” com a proteção e o estímulo às diferenças das “minorias” tem sido, há décadas, objeto de minha preocupação em matéria de direitos humanos.

Expressada em escritos analíticos, intervenções pontuais na ONU e diálogo direto com militantes diversos desde a virada do século, nessa minha preocupação se inseria o artigo “Metamorfoses dos Direitos Humanos”, redigido em 2017 para publicação em dossier sobre “esquerda, direita e o politicamente correto” da *Revista USP*. Inspirado por minha visita ao Chile na função de Secretário Executivo do Instituto de Políticas Públicas para os Direitos Humanos do Mercosul, e tendo em conta, com apreensão premonitória, as vitórias eleitorais que a direita populista vinha obtendo no mundo, o objetivo era de ajudar a conscientizar militantes para o caráter contraproducente de postulações identitárias maximalistas em circunstâncias tão adversas.

O artigo foi publicado pela Revista USP 115, out. nov. dez. 2017, antes de se vulgarizarem no Brasil expressões como “marxismo cultural”, “ideologia de gênero” e, sobretudo, a paranoia de uma conspiração “globalista”, forjadas no exterior e hoje disseminadas via redes sociais da internet. Certamente por isso, por anteceder a popularização dos desvarios que pautam a nova direita no poder, parecia-me tão disparatada, em pleno século XXI, a atribuição dos direitos humanos a “comunistas”. Sem nem me referir ao fato de os direitos humanos terem sido sempre criticados pelos regimes ditos de esquerda como uma criação do Ocidente que se impunha de maneira imperialista ao resto do mundo, meus mais de trinta anos de contato com delegações oficiais e não governamentais nas Nações Unidas convenciam-me de que a maioria esmagadora dos atores na matéria desconheciam ou eram contra os ensinamentos de Marx e Engels, Lênin e Trotsky, Stalin ou Gramsci. Mais insólito ainda me parecia o uso negativo do adjetivo “globalista”, desvinculado da

globalização econômica real e do globalismo evidente dos responsáveis pela área econômico-financeira do novo governo brasileiro.

Enquanto há mais de um ano o texto original aqui reproduzido constituía uma advertência para os ativistas de direitos humanos ditos “progressistas”, hoje, com governo eleito de linha antípoda, a essência do mesmo artigo talvez pudesse ser interpretada como expressão de apoio oportunista, cooptado para iniciativas esboçadas que rejeito. Acredito, porém, que, ao contrário, precisamente por proceder de reflexões longamente maturadas, seu objetivo construtivo permanece válido. Pode, talvez, revelar-se adjutório a autocríticas necessárias, da esquerda, do centro e da direita.

TEXTO ORIGINAL, DE 2017:

2 METAMORFOSES DOS DIREITOS HUMANOS

2.1 Visita a ex-centro de torturas

Em setembro de 2017 tive a oportunidade de participar de seminário em Santiago do Chile para comemorar vinte anos de abertura ao público da Villa Grimaldi, utilizada nos anos 1973-78 como centro clandestino da ditadura, restaurada como sítio de memória do terrorismo de Estado. Na visita a esse local, muito aprazível apesar de apresentado por sobreviventes que relatavam suas experiências como prisioneiros, o que mais me impressionou não foram descrições de sevícias como interlúdio a “desaparecimentos” finais. Nem as ínfimas dimensões das celas em que eram postos, amontoados ou em isolamento, desprovidos de qualquer direito. Tudo isso era conhecido, na pele ou indiretamente, por minha geração de brasileiros. O que mais me tocou foram detalhes transmitidos por aqueles homens e mulheres, militantes ou não da resistência armada, encarcerados com vendas e correntes: a batida do portão de ferro ao se fechar, reiterando sua desesperança; o ruído de pés descalços no cascalho, a indicar novas fornadas de detidos; o perfume de rosas no percurso por onde eram levados, às cegas.

Mais marcantes do que a torre da caixa d'água como câmara de torturas, a piscina vazia como esconderijo dos presos durante inspeções da Cruz Vermelha, ou o jardim em que nomes de mulheres mortas fazem as vezes das rosas nunca vistas, foram, para mim, os “mausoléus” de desaparecidos. Com fotografias em hastes cravadas na terra a perguntarem *¿donde está?*, tais “flores” são plantadas em covas coletivas, demarcadas por símbolos dos movimentos a que os ausentes pertenciam. Uma delas, com lâminas de vidro arranjadas na forma de mapa da América do Sul, é do Partido Socialista; outra, do Partido Comunista, é assinalada por bandeira vermelha com foice e martelo nas cores do Chile; uma terceira tem estandarte rubro-negro do MIR - *Movimiento de Izquierda Revolucionaria*.

Ao observar esses túmulos sem corpos, indagava-me se os respectivos movimentos, antes “progressistas”, hoje anacrônicos e “politicamente incorretos”, seriam sequer considerados “de esquerda”. Doía-me pensar que, em passado não distante, pessoas como as de agora eram capazes de tanto sacrifício por causas sociais abrangentes. Comparava aquele tempo de utopias, vistas como realizáveis, com o ceticismo contemporâneo, acomodado a um cenário ainda mais perigoso. Apavora-me notar que a normalização da ganância pela lógica do mercado é contrabalançada por obsessões diferenciais limitadas, crenças religiosas ambíguas e fanatismos retrógrados. Sem contar o paliativo humanitário, nem o “realismo” da direita mais tacanha. Custa-me crer que os direitos usados para derrubar ditaduras sejam os mesmos hoje brandidos como panfleto nos mais diversos sentidos.

- **Avatares do conceito de direitos**

Para quem acompanha a evolução ideológica do mundo contemporâneo pela ótica dos direitos humanos, a mudança de sentido da linguagem neles empregada é fenômeno marcante, que passa despercebido. A começar pela própria expressão “direitos humanos”, versão corrigida dos “direitos do Homem” registrados nas declarações norte-americanas e francesas do Século XVIII, “naturalmente” excludentes, das mulheres, dos escravos e de indivíduos de baixa renda.

Conquanto considerada burguesa e “liberal de direita” ao longo de toda a Guerra Fria, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, das Nações Unidas, programaticamente inclusiva, foi instrumento valioso tanto para os militantes de esquerda da América Latina e da Europa Ocidental contra os sistemas militares respectivos, como para os dissidentes dos regimes comunistas da Europa Oriental. Constituiu, além disso, fonte de conscientização importante para os movimentos de libertação nacional dos povos colonizados, assim como para o movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos e para o combate ao *apartheid* da África do Sul.

Apesar da interpretação de Marx, no Século XIX, preocupado com a legitimação da exploração capitalista dos trabalhadores com base na declaração francesa, os direitos humanos sempre foram restrições político-jurídicas ao arbítrio dos detentores do poder. Eram, portanto, construções históricas “de esquerda”, ainda que o avanço fosse dos burgueses contra a monarquia absoluta. Isso nunca impediu a utilização seletiva dos direitos fixados na Declaração Universal das Nações Unidas pelos liberais e socialdemocratas como instrumento contra adversários comunistas. Mas foi somente na década de 1970 que os direitos civis passaram a ser utilizados também como elemento de pressão do Ocidente para a liberação de prisioneiros políticos e redemocratização na América Latina.

Tendo em conta que nas batalhas de propaganda a versão ocidental prevaleceu, é surpreendente a afirmação atual “da direita” de que “direitos humanos são coisa de comunistas”. Precedida com outros termos pela velha Doutrina da Segurança Nacional, essa inversão de atribuições tem sido exumada em campanhas eleitorais de diversos continentes. Surpreendente porque incomum e supostamente anacrônica, a distorção despicienda, certamente desinformada, do real, não é desprovida de base histórica.

Um pouco inspirado pela referida inversão, um pouco provocado pelo radicalismo da mudança ideológica ocorrida na Europa Oriental, decidi agir de maneira heterodoxa, em agosto de 2017, ao examinar, no órgão de tratado competente – o CERD -, relatório periódico da Federação Russa. Levando em

conta informações abundantes de que as discriminações raciais têm crescido assustadoramente no país, perguntei aos delegados, todos “produzidos” à maneira de *yuppies* nova-iorquinos, como estariam planejando celebrar a contribuição da Revolução de Outubro de 1917 aos direitos humanos, no centenário que se avizinhava. A delegação sorriu e, como esperado, não respondeu. Provavelmente as integrantes femininas nem sabiam que seus direitos civis, sexuais e reprodutivos e à igualdade com o homem, eram observados em sua terra muito antes dos países do Ocidente. Estes últimos preferiam utilizá-los como espantalho anticomunista até os anos 80, não hesitando em ridicularizar as diretoras de empresas soviéticas, na imprensa e por outros meios, como “camaradas” grotescas em trajes pesados e malfeitos. O estereótipo somente foi superado com o aparecimento da “Primeira Dama” Raissa Gorbatchov, fulgurante ao lado de Nancy Reagan, sem se atinar para a implicação antifeminista da posição de “Primeira Dama”. Disso, aliás, até hoje, o Ocidente modelar parece não ter consciência. Talvez os delegados chiques, homens e mulheres jovens da restabelecida “Rússia Eterna”, desvinculada da Declaração de Direitos do Povo Trabalhador e Explorado, de 1918, tampouco tivessem conhecimento da liderança que o extinto bloco socialista sempre mantivera na promoção dos direitos econômicos e sociais nas normas internacionais de direitos humanos.

Se, por um lado, a inversão discursiva feita pela direita dessas “coisas de comunistas” pode ter um sentido literal que ela desconhece, por outro, os aspectos emancipatórios do conceito não justificam a vulgarização da expressão “direitos humanos” para tudo o que se queira obter para grupos e categorias. A luta contra privilégios é política. A igualdade de direitos individuais e coletivos é condição jurídica necessária da democracia. Aumentos salariais, escolas adequadas, creches, centros de saúde e outros avanços são objetivos para a realização de direitos, assim como proteção policial eficaz e administração equitativa de justiça. Não se deve confundir o “progressismo” dos movimentos atuais de promoção de minorias com o igualitarismo “de todos os membros da família humana”, conforme a Declaração Universal. Esse documento fundador, de 1948, omitia o termo “minorias” para ser

observado por todos os Estados. E os países das Américas eram os primeiros que o consideravam contrário à nacionalidade respectiva, criada pela fusão constitucional de grupos diversos. Fossem ou não miscigenadas as populações.

Reivindicações de minorias podem ser pertinentes por muitas razões não generalizáveis. Não se confundem com o “direito de ter direitos”, explicitado por Hannah Arendt, denegado pelos totalitarismos, no caso da Alemanha nazista até pela retirada da nacionalidade alemã dos judeus. Ao contrário do que visava a Declaração Universal, o “progressismo” atual das diferenças é, por definição, particularista. Destinado a elas como identidade distinta no corpo social, esse particularismo pode ser útil para a adoção de medidas especiais, temporárias, para a equalização de condições concretas. Pode também ser egocêntrico, propiciador de crispações defensivas e discriminações agravadas. Elevado a extremos, gera separatismos políticos e repressões violentas, de que foi exemplo o fim da Iugoslávia nos anos 90, que outros vêm seguindo. Sem falar na regressão fundamentalista que tal particularismo extremado, consciente ou inadvertidamente, estimula.

Por mais que o “comunitarismo” se justifique como defesa contra discriminações, as práticas por ele exigidas em nome da identidade não correspondem, como dito por alguns teóricos, a uma “versão atualizada” dos direitos humanos. Tal interpretação é vista como “progressista” porque politicamente correta na ótica pós-moderna do multiculturalismo hegemônico, sem misturas.

- **A linguagem como poder/saber e como camisa-de-força**

Conquanto a interpretação da linguagem como suporte da dominação advenha do pós-estruturalismo, de Michel Foucault, a denunciar a capilaridade do poder na sociedade moderna, a expressão “politicamente correto” parece haver derivado do “ambientalmente correto”. Ambas vêm da academia, que, funcionando como *intelligentsia*, inspira e orienta a ação social.

Muito usado no final dos anos 80, na mobilização para a Conferência do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, de 1992, o “ambientalmente

correto” era de significado ecológico preciso, literal. Corresponhia, por exemplo, a fontes de energia limpas e a produtos não poluentes. O “politicamente correto”, originalmente feminista, exigiu, desde logo, para a Conferência de Viena de Direitos Humanos, de 1993, reparação da denominação “Direitos do Homem”, já então em desuso, pois a palavra “homem” não podia ser significativa da espécie. E foi no contexto da Conferência de Beijing (Pequim) sobre a Mulher, de 1995, que se generalizou a expressão “igualdade de gênero”, sendo “gênero” uma construção cultural, diferente de “sexo”, de conotação biológica.

No âmbito da linguagem dos direitos humanos as adaptações a novas interpretações sempre ocorreram. Algumas novas criações vernaculares, traduzidas do inglês, correspondiam a ajustes inteligíveis. Foi o caso do “empoderamento”, barbarismo anglófono aparecido também na preparação da Conferência de Beijing, como tradução para *empowerment*. Em se tratando de ação para e pela mulher, é inegável que os termos correspondentes “capacitação” ou “habilitação” soavam fracos diante de outro que tem como raiz *power*, “poder”. Depois o termo se estendeu para a participação de qualquer grupo em decisões que o afetem. *Harassment* foi corretamente traduzido por “assedio”, em espanhol *acoso*, geralmente sexual, mas não “de gênero”. O *bullying*, como provocação grupal com base em características da vítima (cor, gordura, tendência sexual, origem, descendência, religião etc.), não chegou a ser traduzido, entrando no vocabulário “da mídia” como *o merchandising* e os estilos *fashion*. Outros estrangeirismos felizmente não prosperaram, como o uso de “caucasiano” no lugar de “branco”, em que insistem os ingleses, canadenses e outros membros brancos da Comunidade Britânica nos relatórios ao CERD. Esquecem ou não sabem que a origem dessa substituição terminológica remonta a antropólogo alemão do Século XVIII, precursor da falsa “ciência” da frenologia, usada pelos racistas até meados do Século XX. Assemelha-se, portanto, à ideia dos “arianos”, cultivada miticamente ao extremo pelos nazistas. Estes últimos, por sinal, estão voltando à moda.

Aparentados à construção de mitos menos inquietantes, há outros termos padronizados para “a esquerda”, inclusive na academia, como “politicamente

corretos”: *roma* para os ciganos, embora o nome seja autorreferente apenas na Europa Central e Oriental; *dalit* para a casta hinduísta dos párias; LGBTI para o movimento de homossexuais e variações assemelhadas, englobados pelas iniciais de cada tipo em inglês. “Afrodescendentes” é neologismo da Conferência de Durban sobre o Racismo, de 2001, para abranger os negros e mulatos - não os mestiços de outras ascendências, nem os negros da África -, conforme as posições do movimento norte-americano, incorporadas pelas lideranças de outras áreas.

Tendo em conta que todos esses grupos foram ou são realmente vítimas de discriminações, não vejo problema em chamá-los pela denominação que eles consideram respeitosa. No Brasil, muito antes da teorização pela qual “preto” é cor e “negro” é raça - e malgrado a negação contemporânea do conceito de raça pela ciência genética -, já quase ninguém chamava os negros de “pretos”, a não ser carinhosamente - “preta, preta, pretinha”, cantavam os Novos Baianos. “Crioulo”, que na América Hispânica sempre foi o filho de espanhol, no Brasil era termo racial essencialmente jocoso, que os negros também usavam entre eles. Como “branquela” era o branco sem graça, que não “pegava uma cor”. Embora “afro-brasileiro” seja expressão pouco usada como designação para compatriotas de ascendência africana, menos aceitável para nós devia ser a rejeição a “mulato”, tipo que era ícone de nossa brasilidade, sem que a etimologia da palavra preocupasse ninguém. Como ninguém rejeita “moreno”, do espanhol *moro*, em português “mouro”, inimigo medieval muçulmano, de pele mais escura, na Península Ibérica.

Fenômeno semelhante abarca palavras de significado deslocado, como “comunidade” no lugar de “favela”, que antes era lugar romantizado de pobres, mas não necessariamente território de gangues narcotraficantes; “etnia” em lugar de “raça”, aludindo a uma “etnicidade negra” projetada. “Indígena” parece mera adaptação erudita do “índio” de Colombo. “Diversidade” se tornou essência do multiculturalismo, por mais opressivas e discriminatórias que sejam as culturas protegidas, em lugar de miscigenação e sincretismo como tendência natural. A isso se acrescem termos rebarbativos como “islamofobia”, replicado por “cristianofobia”; “homofobia”, que etimologicamente seria “horror ao igual”, como preconceito contra homossexuais; “afrofobia” etc.

As novas designações e posições podem ser imprecisas, desnecessárias ou tolas, mas se tornam problemáticas quando elevadas a extremos, como obrigações e tabus. Além de facilmente exploradas por cabotinos, alguns talentosos como Michel Houellebecq, provocam iras em contrário de quem nem seria espontaneamente contra elas. Por volta de 2003, causou celeuma no Brasil, envolvendo escritores revoltados, a publicação pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos de um manual de termos politicamente corretos e interditos que deveriam ser observados. A publicação mal chegou a ser distribuída, sustada pelo titular da secretaria. Não obstante, orientações congêneres continuaram a multiplicar-se, no Brasil e no exterior, transformando-se mais em fator de irritação para não militantes do que de apoio simbólico às causas defendidas.

Também se enquadram no “politicamente correto” as interpretações de fatos do passado com visão particularista e simplória do presente. No CERD já ouvi de um colega, em plenário, ao cobrar ações em favor de minoria étnica não reconhecida, referência à Guerra do Vietnã como conflito pela identidade vietnamita. Será que os americanos intervieram brutalmente e perderam uma guerra vergonhosa só por isso? Como também testemunhei tentativa de condenação ao Papa Francisco pela canonização de missionário espanhol do Século XVII, primeiro catequista dos nativos da Califórnia, lá objetada em manifestação indígena. Que ambos os eventos pudessem ser contestados pelos que se achavam afetados não era de surpreender. Inaceitável era não ser considerado incorreto que um órgão laico de tratado se imiscuisse em ato religioso sem qualquer efeito fora da Igreja.

O Descobrimento da América pela Europa foi o acontecimento mais marcante do milênio para o mundo inteiro, independentemente dos episódios terríveis que também propiciou. Conscientes da destruição de civilizações como a dos incas, os Estados da América Hispânica deixaram de celebrar a “Conquista da América”, ou o “Dia da Raça”, em 12 de outubro, optando por comemorar um eufemístico “Encontro de Culturas”. Menos aceitável foi o Brasil fingir desconsiderar seu descobrimento por Cabral com o testemunho de Caminha, ciente de que, sem esse fato, o país como tal não existiria. Nem para Policarpo Quaresma! Enquanto

isso os Estados Unidos continuam a apropriar-se da “América” como seu nome, e da chegada de Colombo a uma ilha caribenha para festejar *Columbus Day*. Os colonizadores europeus, em particular espanhóis e portugueses, além de violentos e vorazes como todos os agentes de impérios, russos, alemães, ingleses, franceses e otomanos, assim como romanos, mongóis, astecas e outros, passaram a ser vistos somente como genocidas, escravocratas, estupradores e inventores do racismo. Que tudo isso seja dito pelos herdeiros das vítimas pode ser compreensível. Que tivesse sido espalhado pela esquerda quando lutava pela independência dos povos seria até previsível. Que seja ensinado em favor de meras asserções diferenciais é contraproducente. Na intenção de promover a autoestima de grupos justificadamente ressentidos, o reducionismo oficial encampado eleva continuamente as cobranças, cuja totalidade nunca será satisfeita, dando força a preconceito aumentado.

No CERD, temos examinado relatórios de Estados cujos governos não cessam de se escusar por abusos do passado. Os preconceitos e discriminações, contudo, continuam, assim como as cobranças. Em agosto de 2017, por exemplo, de um total de seis Estados, os que receberam maior número de recomendações para superar discriminações alegadas foram o Canadá e a Nova Zelândia, ambos de fama excelente. As queixas do movimento negro canadense eram tão semelhantes às que escuto no Brasil que cheguei a indagar como se explicava o fato de a imagem do país ser tão boa. A resposta da ONG afirmava ser resultado de grande investimento do Estado em mera propaganda.

A proliferação de iniciativas simbólicas “politicamente corretas” nas Nações Unidas agrava-se pela adoção de gestos demagógicos de autoridades de Estado, políticos variados, membros de órgãos de tratado e outros agentes influentes. Vai-se criando assim uma situação discursiva que leva os defensores dos direitos universais e da liberdade de expressão a temer a assunção de posições dissonantes. Sentem-se inseguros, passíveis de ser tachados de racistas, machistas, homófobos e islamofóbicos.

Como resultado desses fatos, os direitos humanos se encontram em situação análoga à arte conceitual, desde Marcel Duchamp: é arte aquilo que o

artista declara como tal, respaldado no restrito, mas multimilionário, mercado comprador. São hoje “direitos humanos progressistas” todos aqueles requisitos assim cobrados por entidades selecionadas da sociedade civil, repetidos “pela mídia”, magnificada ou contraposta em termos ofensivos pelas redes sociais.

3 O “POLITICAMENTE CORRETO” COMO CRÍTICA OU TÁTICA DE LUTA

Nas condições presentes, “politicamente correto” passou a ser expressão utilizada como galhofa por críticos e opositores, para assinalar falsidades e exigências fúteis. Os críticos não são necessariamente “de direita”. É de Slavoj Žizek, que já denunciava absurdos antes de se tornar estrela *cult*, a qualificação do “politicamente correto” como uma forma de autodisciplina que não é mais do que “racismo oprimido e controlado”. E é de Camille Paglia, a afirmação de que “o pensamento independente foi universalmente silenciado”, havendo ela, desde os anos 90, “declarado guerra contra o estalinismo do politicamente correto no *establishment* feminista” .

Seguramente soa mais convincente do que os ativistas de direitos quem critica a unilateralidade das denúncias de execuções pela polícia sem interesse pelas mortes de agentes policiais em operações legítimas de repressão à criminalidade. E são inaceitáveis, em qualquer fase pós-Bakunin, os argumentos que explicam o assalto e esfaqueamento de transeuntes por adolescentes em função do que “eles devem ter passado”. Com isso se justificaria também o terrorismo “djihadista”. Igualmente leviana é a atitude de políticos que postulam direitos de minorias e se eximem de propostas para controlar a violência. Nestes tempos, pós-revolucionários, pós-liberalismo, pós-verdade, pós- tudo, em que convivem com a perpetuação da miséria, tanto a corrupção e o crime, como frivolidade e provocações incontidas na esfera daquilo que ainda chamamos “cultura”, declarações em favor de uma nova ética parecem caricatura. Excessos do “politicamente correto” constituem munição oportuna para a direita habitual, e presente valioso para a extrema direita, que se elege democraticamente em qualquer país.

A visível rejeição popular atual aos direitos humanos, expressada pelo voto, traz-me de volta o seminário do Chile. Diante de um centro de memória como Villa Grimaldi, ou o da antiga ESMA (Escola de Mecânica da Armada), local onde agora trabalho, na Argentina, é quase inacreditável que o conceito de direitos de todos possa ser entendido. Ou será que os que os utilizam com insistência em contexto tão adverso têm objetivos diferentes do que costuma ser esperado?

Ao voltar da reunião do CERD, em agosto de 2017, li em jornal de Buenos Aires declaração significativa de conhecida cantora brasileira com programação portenha. Dizia ela que, no Brasil de hoje, o fato de haver um governo “de direita” parece incitar as pessoas a “revelar as verdadeiras personalidades. Nas ruas, elas não têm vergonha de praticar o racismo. E o feminicídio nunca esteve tão exacerbado”. Não sei até que ponto as formas radicais da violência criminal brasileira se acham mais agravadas especificamente contra a mulher. Comparto, porém, a sensação de que o Brasil se mostra visivelmente mais racista, em todos os sentidos. Mas isso eu já noto há anos, com governos não “de direita”. Como observo o crescimento do racismo alhures, na Europa e nos Estados Unidos, há mais de duas décadas. Lembro, a propósito, trecho particularmente expressivo de entrevista da respeitável ativista Sueli Carneiro, fundadora do Geledés – Instituto da Mulher Negra:

[...] o que temos atualmente é um racismo que se torna cada vez mais direto, explícito e violento, sem mediações nem medo de dizer seu nome. Minha geração se empenhou em desmascarar o mito da democracia racial. A geração atual terá que engendrar novas formas de luta e organização política para fazer frente a essa radicalização do conflito racial que parece se anunciar. Boa sorte às futuras gerações!”

Não tenho dúvida de que essa posição é de esquerda. Sei que é adotada por lideranças importantes do Movimento Negro Brasileiro, fora e dentro de governos sucessivos. Não sei se, com a clareza exposta por Sueli Carneiro, ela corresponde àquilo que se ensina na matéria. Adaptação racial do conceito hoje descredenciado de “luta de classes”, por mais que eu respeite essa forma de batalha, não a posso

incluir na concepção de “antirracismo” com medidas integradoras de iniciativa estatal. Espero, sobretudo, que a posição expressada, compreensível ainda que transposta da experiência americana, não requeira revitalização no modelo dos Estados Unidos. Nem que reproduza no Brasil aquilo que se reviu há pouco, em agosto de 2017, em Charlottesville, na Virgínia.

4 DE VOLTA À VILLA GRIMALDI

O objetivo do seminário em Santiago era explicado no título: “Crimes contra a humanidade e terrorismo de Estado – Existem garantias de não repetição?”. A conclusão unânime dos oradores foi de que não há garantias. Que a experiência dolorosa do Cone Sul pode, sim, ser repetida. De minha parte, fiz o que devia. Descrevi sumariamente iniciativas da região em matéria de reconstrução da memória e a esperança de harmonização de políticas no sentido oposto ao da Operação Condor dos anos 70. Lembrei, porém, dificuldades do cenário contemporâneo, recomendando alguns pontos de reflexão. São eles:

1. O mundo de hoje não é o dos anos 90, quando terminou a Guerra Fria, e os direitos humanos pareciam uma utopia universal realizável. Tampouco nossos países têm as mesmas urgências que os concidadãos sentiam nos anos 80;
2. As conquistas em matéria de direitos humanos, obtidas pela Conferência de Viena de 1993, nunca foram respaldadas pelo sistema econômico;
3. Em função dos desequilíbrios sociais e outros fatores, a violência global não para de crescer, em guerras e na criminalidade;
4. Por incapacidade ou falta de vontade do Estado para atuar contra injustiças e conter a criminalidade, a violência incontrolável torna qualquer direito mero exercício discursivo, sem condições de aplicação no real;
5. O que mais preocupa o cidadão rico ou pobre, negro ou branco,

mulato ou caboclo, urbanita ou rural, de nossos países, ademais do empobrecimento, é a insegurança comum da vida cotidiana.

Embora a segurança de que falo nada tenha a ver com a Doutrina de Segurança Nacional, em cujo nome operavam os agentes estatais nos Anos de Chumbo, não é difícil para os oportunistas ganhar simpatias do povo inseguro falando daquele período como época tranquila. A maioria dos habitantes de nossos países nasceu depois, não havendo conhecido a opressão das ditaduras. Não pode saber o que elas representavam na vida diária de todos em termos de medos, desconfiança, falta de liberdade e alternativas. Precisamente em função desse fato é imprescindível que os atores da sociedade civil, encontrem novas maneiras de agir pelos direitos humanos. Patrulhar excessivamente a linguagem é inútil. Limitar-se a fazer denúncias contra a atuação do Estado não constrange mais detentores de poder. Constrange os que defendem a ideia da “família humana”. Se a história se repetir, não será em tom de farsa, como dizia Marx. A farsa já está montada, com elementos sinistros para uma enorme tragédia.

Antes que a direita tacanha e a “esquerda progressista” esfacelam ainda mais as sociedades líquidas de Bauman, distanciando as camadas de um conjunto não monolítico, é melhor deixar de lado hipersensibilidades grupais, para não perder eleições. Democracia é forma de governo que administra conflitos. Não os resolve na estrutura, nem os atenua na cultura com imposições de consenso. Mas ainda é melhor do que a força.

Num mundo em que, segundo dados recentes da Organização Internacional do Trabalho, 40 milhões de pessoas se acham em situação de escravidão, e 152 milhões de crianças e adolescentes, entre 5 e 17 anos, em trabalho irregular, dito “infantil”, é hora de retomar o projeto de direitos de todos. Pelo menos enquanto se espera uma nova utopia terrena que dê ao planeta, aos países, alguma direção salvadora.

- **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

- **Post-Scriptum, de dezembro de 2018**

No dia 28 de outubro de 2018, como sabemos, o candidato de direita venceu em segundo turno o candidato de esquerda, com grande diferença, nas eleições presidenciais do Brasil.

Pouco depois das eleições, ocorreu o ENEM, exame de avaliação do ensino médio brasileiro que mobiliza jovens de todo o país e funciona como o vestibular para ingresso em muitas universidades. No dia seguinte à primeira maratona de provas o presidente-eleito criticou seriamente o exame realizado, adiantando a intenção de cuidar pessoalmente do assunto depois que assumir as funções. Sua irritação era com uma questão de língua portuguesa, sobre o “pajubá”, jargão exclusivo dos LGBTIs. Afirmava o presidente-eleito não se dever obrigar nossos estudantes a saber tais coisas. Tendo em conta fatos pregressos em que o então deputado e depois candidato à presidência utilizara linguagem realmente agressiva contra diferentes grupos de pessoas, procurei a tal questão do ENEM. E, tal como o presidente-eleito, fiquei pasmo! Nas respostas a serem assinaladas, o “pajubá” seria um idioma porque tem seus vocábulos já registrados num dicionário, aliás “uma dicionária Aurélia”. Seria realmente necessário que, num exame escolar de nível médio, os candidatos precisassem saber o que vem a ser esse jargão, aparentemente rico e engraçado, mas de uso limitado a uma categoria específica de pessoas? Alguém saiu ganhando com essa questão expletiva e derrisória?

Mais do que comentar esse episódio, talvez seja útil eu recordar um outro, distantemente correlato, que acompanhei de perto, nos Estados Unidos, nos anos 90, quando fui cônsul-geral em S. Francisco. No embalo dos movimentos que transformaram Berkeley no principal campus de protestos libertários e a própria S. Francisco num laboratório de experiências de vanguardas sociais, uma ala do movimento negro da *Bay Area* tentou transformar em matéria curricular o *Ebonics*, denominação linguística dada ao inglês mal falado dos negros jovens ou incultos. A questão foi discutida em vários níveis, tendo sido finalmente abandonada,

porque, na opinião de outras lideranças afrodescendentes, a transformação de uma língua errada em idioma separado dos negros iria mantê-los em condição de inferioridade perpétua. Isso nunca impediu que os *African-Americans* continuassem a chamar-se *broda* (pronúncia desleixada de *brother*, irmão) e até mesmo *niggers* (termo ainda mais pejorativo para o já inaceitável *negroes*). Mas a exportar para os afrodescendentes de outros países a ideia de que todos eles constituem, em conjunto, uma correta *brotherhood* (palavra inglesa para “irmandade”).

Esclareço que nada disso tem qualquer ligação com projetos educacionais ora esboçados no Brasil, que pretendem amordaçar professores perante fatos históricos e proibir o estudo de pensadores marcantes, de esquerda e de direita, em favor de ideias supostamente neutras. Ou que professam o retrocesso do pensamento às trevas dos fundamentalismos mais alienantes, há muito superados por pensadores religiosos que não rejeitavam a ciência, como Charles Darwin, Teillard de Chardin e, até mesmo, o autodemérito e muito conservador papa Bento XVI.

AUTOR CONVIDADO